

Diretoria empossada dá o tom na voz de Francisco Reis: pluralismo

No dia 30 de novembro pp., tomou posse a nova diretoria da Adunicamp, presidida pelo professor doutor Francisco Reis, do Instituto de Química. Durante a cerimônia, no auditório Maurício Tragtenberg, na sede da entidade, o presidente proferiu o discurso publicado a seguir, contendo os pontos centrais do programa para a nova gestão.

O respeito a opiniões diferentes das nossas — que conseguimos construir nesta chapa — é a primeira conquista que pretendemos compartilhar com toda a comunidade, na construção de um projeto de universidade pública: gratuita, de qualidade, transparente, plural.

Isso nos une e nos dá o norte.

E nos faz implacáveis na defesa de direitos — da nossa categoria e de todos os cidadãos.

Não ao discurso hegemônico

Vivemos uma época em que nos tentam impingir o pensamento único, hegemônico. Defende-se o estado mínimo e coloca-se como prioridade, não a pessoa humana, mas ditames vindos de fora, cujo objetivo é difundir uma pseudo-competitividade: o que se pretende, de fato, é solapar o trabalho, culpando trabalhadores públicos ou mesmo da iniciativa privada pelas mazelas de nosso país. Para isso, desconstituem o direito dos trabalhadores, em nome de uma pretensa “eficiência”. Na verdade, estão retirando de quem vive do seu trabalho direitos conquistados em décadas de luta. É a famosa precarização.

Dizem que o déficit público é obra da Previdência Social: os direitos sociais



Fala o presidente empossado, Francisco Reis. Da esquerda para a direita: Gediel (DCE), Leduíno (ANPG), Elizabeth (STU), José Roberto Zan (ex-presidente da Adunicamp), Hermano Tavares (ex-presidente da Adunicamp e atual reitor), Reis (atual presidente), Renato Dagnino (Andes-SN) e José Luís Pio Romera (Fasubra).

estão onerando, tornando o estado deficitário — e aí se inclui a universidade pública, acusada de “sustentar privilégios”. Esse discurso hegemônico por contar com a conivência da mídia e por deter recursos para bancar suas campanhas, deixando na sombra desmandos, como, por exemplo, o caso do PROER.

Não à submissão

O que espanta é que boa parte de setores progressistas e da esquerda já tenha assimilado esse discurso hegemônico, mesmo na universidade. Há até quem, de acordo com ele, se coloque na defesa da “moralidade”, no combate aos “privilégios” dos trabalhadores universitários. Esses “novos cruzados” tentam acuar-nos na defensiva, praticando aquilo que Octavio

Paz chama de “a tirania dos justos”.

Por uma universidade autônoma

A diretoria que nos antecedeu enfrentou momentos difíceis, sobretudo por ter sofrido um esvaziamento inicial. Vários de nossos companheiros se afastaram, talvez por ter visto esvanecer um investimento de construção de universidade e, com ele, toda a esperança. Aos que ainda hesitam devemos dizer que precisamos voltar. O projeto continua. **O país está aí à espera de que nos unamos na defesa da universidade.**

Há anos sofremos, nesta universidade, dificuldades, intervenções e outros momentos difíceis. Construímos, porém, uma síntese que nos preserva internamente, o

Estatuto dos Servidores da Unicamp, que atribui igualdade de direitos a todos os docentes, concursados ou não, e concede outros direitos, tais como mecanismos de promoção. É o que se costuma chamar de contrato coletivo: embora sujeito a imperfeições, ele foi materializado no Esunicamp e garantiu o crescimento desta universidade e o seu nível de excelência.

Por uma Unicamp autônoma

É animador poder colocar esta posição na presença do Reitor, pois houve, recentemente, uma iniciativa unilateral da Reitoria de revogar, com um mero ofício, um desses direitos acordados. A Adunicamp teve a lealdade de comparecer ao gabinete do Reitor e colocar a sua discordância, assim como a sua fundamentação, além de apontar que isso é um risco, um duplo risco, porque retira direitos e abre um precedente autoritário.

Temos todos direito a opiniões divergentes. Mas precisamos de um método para apurá-las e encaminhar uma solução democrática. A nossa proposta era e é a de encaminhar a discussão ao nosso órgão supremo, o Conselho Universitário. Uma das tarefas árduas desta diretoria é continuar colocando, de maneira firme, leal e decidida, o papel

desse órgão supremo numa Universidade autônoma.

A diretoria que nos antecedeu teve o grande mérito de, apesar das pressões, abrir a discussão da autonomia universitária, que hoje permeia todos os colegiados, todos os foros desta universidade e da comunidade universitária em geral. Além disso, pelo seu trabalho, ganhou o respeito, a confiança do conjunto da comunidade, sabendo preservar total independência de pressões internas e externas. Somos solidários aos nossos predecessores e nos orgulhamos disso.

Exerceremos a defesa irrestrita da autonomia universitária, porque ela é o caminho para a independência, a crítica, a formulação de idéias novas, a criação. Ela nos credencia como interlocutores diretos da sociedade, sobretudo a parcela da sociedade que não tem acesso à mídia, ao discurso dos que tentam sufocar o pensamento crítico e as ações libertárias pela desqualificação.

Preservando a independência da entidade

Preservaremos a total independência desta entidade. Procuraremos dialogar com as instâncias dirigentes desta Universidade, não só na figura do Reitor, mas também, com igual respeito e lealdade, nas de colegas de entidades do campus: DCE, APG, STU.

Lutaremos contra qualquer projeto de sistema previdenciário que venha a aviltar o já aviltado salário dos servidores públicos do Estado de São Paulo, que venha a excluir segmentos da universidade, que venha, mesmo de forma disfarçada, impingir o confisco salarial e cassar direitos, sobretudo do trabalhador aposentado. Buscaremos também caminhos para os colegas do quadro especial, que



Novos diretores da Adunicamp. Da esquerda para a direita, professores: Adolpho Hengeltraub, José Vitório Zago, Tânia Alkimin, Marcos Nobre, Aparecida Moysés, Itamar Ferreira, Francisco Reis e Eleonora Albano. Não puderam comparecer à cerimônia os professores Nelson R. dos Santos e Valério José Arantes.

ficaram num vácuo legal na atual situação.

A diretoria que nos antecedeu trabalhou na reforma dos estatutos da Adunicamp. É uma tarefa que teremos que concluir, a fim de levar propostas maduras a uma assembleia geral da entidade.

Para a autonomia intelectual e científica irrestritas

Nesta universidade, a discussão da academia é feita de maneira verticalizada, nos departamentos, nas congregações, no Conselho Universitário. Essa discussão é necessária e legítima, mas causa duas dificuldades. Uma é a segmentação por área de conhecimento, quando não por unidade. A segunda é que as esferas de poder cristalizadas nos departamentos e nos institutos não deixam espaço, ao chegar ao Conselho Universitário, para o intercâmbio, a mútua influência de idéias, a discussão dos objetivos da Universidade, da sua relação com a sociedade e da organização que deve dar conta dessa imensa tarefa.

Pela via do debate

Propusemos, durante a nossa campanha, realizar um congresso dos professores da Unicamp. É um caminho promissor, pois, fora do esquema

institucional, poderemos, mais livre e fracamente, debater idéias, concepções — e quem sabe? — chegar a alguma proposta. Pelo menos um resultado é certo: esclarecermos a nós mesmos e, se formos leais e francos, talvez construir uma síntese interessante, uma visão universitária inovadora. A Unicamp deve isso a si mesma e à sociedade.

Contra os ardis da precarização

Falamos em precarização dos trabalhadores, revogação de direitos, afrouxamento de normas. Fala-se, nesta universidade, embora ainda não oficialmente, em afrouxamento do RDIDP, em elasticidade das complementações salariais acima de 100%. Paralelamente, não se discute o aumento salarial, ou seja, perpetua-se o arrocho.

Ora, a universidade só é autônoma na medida em que o seu financiamento básico seja público e lhe permita prestar contas claras à sociedade como um todo. **Que o nosso salário seja público, para que tenhamos ampla liberdade de criação e de reflexão e não sejamos tentados a dizer ou a fazer aquilo que os que nos financiam queiram impor.** Temos de estar atentos a mais esse risco de precarização e evitar que venha a se materializar.

Pela dignidade do salário

A luta por salário é fundamental. Estudos do Fórum das Seis mostram que, se um reajuste de 10% tivesse sido acrescentado aos salários de novembro, dezembro e décimo terceiro, o comprometimento com a folha de pagamento seria, ainda sim, reduzido de 94 para 90% em relação a 98.

O ano 2000 vai ser de luta. Esperamos não ter de endurecer, mas, se preciso for, o faremos sem hesitação.

Respeitando a legalidade e a legitimidade

À representação docente no Consu, esta diretoria oferecerá todo o apoio para que possa exercer as suas atribuições de implementar e preservar a norma constitucional da autonomia nesta Universidade. É como representantes sindicais que vamos cooperar com a representação docente. **Deixamos logo claro, portanto, que esta diretoria não tem compromisso com nenhuma chapa que esteja sendo cogitada para as próximas eleições.**

Procuraremos, sim, a representação docente eleita, de forma respeitosa, para construirmos uma relação de diálogo com o Conselho Universitário.

Para uma nação autônoma

Queremos construir uma universidade que realize plenamente o ensino, a pesquisa e a extensão, sem capitular a interesses extra-acadêmicos, imediatistas. Queremos uma universidade pública, gratuita, como única forma de contribuir para capacitar este país a criar um projeto nacional que ofereça aos nossos concidadãos uma perspectiva sólida de autonomia — política, econômica, intelectual, moral.

Em defesa da respeitabilidade do nosso trabalho

Vemos todos os dias, estampada nos jornais, a crise das instituições brasileiras, em crescente déficit de credibilidade. E a razão primordial é: convivência de nossas instituições com práticas delituosas ou aéticas, cujo pano de fundo é a impunidade.

Nesse contexto de descrédito generalizado, chega a ser surpreendente que as universidades públicas brasileiras tenham conseguido, até o momento, manter, em boa medida, a sua respeitabilidade. E isso é surpreendente porque a campanha de difamação do serviço público tem sido implacável, as políticas governamentais para o ensino superior têm sido destrutivas, a expansão desabrada das universidades particulares não tem poupado quaisquer dos valores acadêmicos fundamentais. É surpreendente também porque os dirigentes de nossas universidades pouco têm feito, até o momento, para mostrar à sociedade que o “elitismo” de que são acusadas as universidades públicas não é obra dos seus docentes, funcionários e alunos, mas de políticas governamentais alheias ao papel que deveriam desempenhar essas universidades na construção de

um País justo e soberano.

Seja como for, o que construímos de credibilidade e respeitabilidade será perdido se a sociedade passar a nos ver simplesmente como mais uma instituição conivente ou omissa. É por isso que o momento é particularmente grave para a Unicamp. **Corremos o risco concreto de ver completamente minada a credibilidade e a respeitabilidade de nossa universidade. E esse risco tem nome: professor doutor Fortunato Badan Palhares. Podemos lutar contra campanhas de descrédito várias. Mas não conseguiremos sobreviver se ficarmos inertes diante de acusações de atos delituosos ou aéticos por parte de membros da comunidade universitária.**

Que fique claro: não se trata aqui de prejudicar o professor Badan. Ninguém pode acusar a Adunicamp de ignorar a Constituição, de não colocar seus princípios acima de quaisquer outros, como ficou demonstrado, em nossa defesa intransigente da autonomia universitária. O professor Badan, como todo cidadão, tem direito ao devido processo legal, que lhe garanta amplo direito de defesa.

O que está em questão é a conduta da administração da Unicamp diante, por exemplo, da confissão feita pelo professor Badan, à chamada CPI do Narcotráfico, de que subtraíu um equipamento da Unicamp para uso em sua empresa particular. Há informações confusas e contraditórias com respeito a vários processos administrativos na Unicamp dos quais o referido professor seria réu. Por que a Reitoria não os divulgou, nem mesmo à comunidade universitária? Por que não foi aos meios de comunicação para informar da existência desses processos e sindicâncias e, assim, mostrar à sociedade brasileira que a universidade por ela instituída e sustentada não compactua com delitos e irregularidades? Por que a Reitoria até agora não apresentou denúncia contra o professor Badan ao Ministério Público, como é seu dever após a confissão na CPI?

Durante todo o seu depoimento à CPI, o professor Badan declarou enfaticamente que agiu sempre com o respeito dos órgãos acadêmicos e administrativos da Unicamp. Não podemos permitir que a universidade que construímos com suor e in-

teligência por mais de trinta anos passe a ser identificada como a “universidade do professor Badan”, com todas as conseqüências que uma tal expressão adquiriu nos dias correntes. Em particular, **os colegas da FCM, uma das faces mais positivas e visíveis da Unicamp, graças à eficácia do Hospital, não podem tolerar que paire sobre o seu trabalho acadêmico e profissional de reconhecida excelência dúvidas instauradas por práticas delituosas de qualquer tipo.**

Gostaríamos de lembrar que há muito a Adunicamp tem se posicionado criticamente em relação à conduta profissional do professor Badan. As ossadas de Perus continuam sem identificação, insepultas. Não podemos mais encarar de frente, sem forte vergonha, os familiares dos desaparecidos que, com razão, vêem a Unicamp como mais uma instituição pública conivente com a injustiça. A eles só podemos pedir desculpas. Mas não há como pedir desculpas a toda a sociedade brasileira. Há que agir, antes que seja tarde. Sob pena de perdermos o bonde da história.

Assassinato institucional

Foi noticiada como um fato corriqueiro, pela imprensa, a intervenção policial em Brasília, no dia 2 de dezembro pp., para reprimir o movimento dos funcionários da Novacap — Cia. Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — que solicitava audiência com o Governador Joaquim Roriz. Tratava-se de discutir a exclusão de 13 cláusulas sociais do contrato de trabalho dos funcionários.

O saldo da intervenção policial foi: vários feridos por disparos de balas de borracha, CEGUEIRA parcial em dois funcionários e MORTE de um funcionário.

A reação de FHC, atra-

vés de seu porta-voz, foi alertar para que sejam revistos aqueles “que saíram da normalidade” dentre “os procedimentos usados pela polícia nesse tipo de manifestação”. Ainda que justa, foi acanhada a reação.

Não parece ser essa, entretanto, a concepção de normalidade institucional dos responsáveis pela segurança das instituições em Brasília. Disse o Comandante de policiamento do Distrito Federal que será aberto inquérito “para apurar os fatos e resguardar a instituição, porque agimos para resguardar a lei”. E disse muito mais o Secretário de Segurança: a polícia

“não tolera pessoas infringindo a lei”, sendo que, em Brasília, “há um programa de **Segurança sem Tolerância**”.

Eis a concepção de segurança dos representantes oficiais do Governo de Brasília: segurança intolerante com movimentos sindicais, justificando o assassinato institucional — o que reconduz à normalidade os procedimentos usados pela polícia.

O movimento dos funcionários foi organizado pelo Sindicato dos Servidores e Empregados do Governo do Distrito Federal, filiado à CUT.

Ecos parecem ressoar, vindos dos anos 60 e 70...

Eleições para o Consu

A diretoria da Adunicamp, com o intuito de participar do processo de eleição da representação docente com isenção, oferecendo igualdade de condições a todos os candidatos, decidiu disponibilizar até o limite de R\$ 100,00 por candidato para a confecção de materiais de divulgação dos seus programas e *currícula*. Para maiores informações, procurar a secretaria da Adunicamp.

Proposta orçamentária do governo às universidades reforça reivindicação do Fórum das Seis (10% já)

As entidades que compõem o Fórum das Seis acompanharam e divulgaram, ao longo deste semestre, os dados sobre o aumento da arrecadação do ICMS no Estado de São Paulo. Em outubro, cobraram dos reitores a reunião prometida durante a campanha salarial do primeiro semestre para avaliar a situação orçamentária das universidades e dar continuidade às negociações.

Em 5 de novembro, durante a reunião realizada

entre as entidades e o Cruesp, foram analisados os cálculos feitos pelo Fórum sobre a evolução da arrecadação e os repasses de parcelas dos recursos previstos na lei Kandir às universidades que demonstravam que as reitorias tinham condições de dar um reajuste de 10% nos salários de docentes e funcionários a partir de novembro, incluindo o 13°. Embora sem apresentar dados convincentes, os membros do Cruesp negaram que as universidades tivessem condições

para atender a essa reivindicação e prometeram nova reunião com as entidades em fevereiro de 2000. Agora, a avaliação feita pelo Fórum sobre a situação orçamentária das universidades praticamente se confirmou. A proposta orçamentária do governo para o ano 2000 é quase 10% superior à de 1999. O orçamento de 1999 é estimado em R\$ 1.735,5 milhões e a proposta para o ano que vem é de R\$ 1.902,8 milhões (R\$ 167,3 milhões a mais).

Para nossa surpresa, o jornal *Correio Popular* de 3 de dezembro, publicou matéria mostrando que, apesar do orçamento de 2000 para a Unicamp superar em 10,85% o atual, a Reitoria acena com reajustes salariais de no máximo 5% para o próximo ano. A Adunicamp pretende, juntamente com as demais entidades do Fórum, cobrar dos reitores uma reunião antes do final do semestre letivo para exigir 10% de reajuste imediato nos nossos salários.

O manifesto dos professores MS-6

No seu boletim de nº 33, de 24 de novembro de 1999, a Adunicamp publicou o manifesto dos professores MS-6 da Unicamp contrário aos cortes de assinaturas de periódicos especializados. Os docentes avaliam que essa medida compromete seriamente as condições necessárias para a realização de pesquisa e ensino, além de repre-

sentar um desvio da atual administração com relação às prioridades e aos fins acadêmicos.

A entidade manifesta sua plena concordância com a posição dos colegas e reafirma a necessidade da Reitoria e do Conselho Universitário reverem os critérios de realocação de recursos especialmente neste momento em que

as perspectivas orçamentárias para o próximo ano vêm se mostrando mais favoráveis. Na elaboração e aprovação do orçamento para o ano 2000, é indispensável que a administração da universidade e o Consu redefinam sua escala de prioridades para a distribuição dos recursos com vistas a resguardar os objetivos acadêmicos, preservar as condições de

trabalho na universidade e garantir condições salariais dignas para docentes e funcionários.

A Adunicamp informa que os docentes MS-6 que ainda não assinaram o manifesto, e desejam fazê-lo, poderão acessá-lo através da home page, cujo endereço é:

<http://www.adunicamp.org.br>

A contagem de tempo do reitor

Sergio Silva*

Afinal, qual é o problema? Há 20 ou 30 anos, a Unicamp precisava recorrer a outras universidades, notadamente universidades estrangeiras, para formar os seus doutores e implantar os seus próprios programas de pós-graduação. Contratava professores com diplomas de mestrado — ou, simplesmente, de graduação — e os enviava para completarem os seus estudos no exterior. Ao mesmo tempo, a Unicamp contratava professores que já haviam feito a sua pós-graduação, em outras universidades, com recursos próprios ou com bolsas do governo brasileiro ou de outros governos.

Esses dois tipos de professores trabalhavam da

mesma forma, lado a lado, muitas vezes nos mesmos departamentos. Seria totalmente injusto tratá-los como se apenas os primeiros estivessem efetivamente trabalhando enquanto completavam os seus estudos. Por isso, os Estatutos da Unicamp reconheceram o tempo de estudos de pós-graduação de todos os seus professores como tempo de magistério, assim como o tempo destinado à preparação de aulas, à realização de pesquisa e atividades de extensão ou administração.

Tudo muito justo, muito simples, até que... como parte do projeto de implosão da Constituição e dos direitos trabalhistas, a Emenda Constitucional nº 20 determinou que a contagem de tempo para a aposentadoria abandonasse

o critério do “tempo de serviço” e adotasse o do “tempo de contribuição”. Pendurados nessa emenda, os fundamentalistas do pedaço resolveram demonstrar que a contagem do tempo de estudos de pós-graduação não poderia mais ser feita.

Os pareceres encomendados estão na Adunicamp: da procuradoria daqui, da procuradoria do Anibal. Quem quiser, poderá consultá-los. Deixo a difícil tarefa de criticá-los com elegância para o Dr. Samuel. Eles são simplesmente ridículos. Desconhecem qualquer jurisprudência específica e até o artigo da famigerada emenda que determina a contagem de todo “tempo de serviço”, até à data da sua promulgação (17/12/98), como “tempo de contri-

buição”. Seria o caso de aplicar instrumento criado por uma emenda anterior: demissão por insuficiência de desempenho.

Mas tem coisa pior, muito pior. O reitor mandou os Estatutos e o Conselho Universitário para o espaço. Apesar de não ter o direito de editar medidas provisórias, baixou uma portaria anunciando que não vai mais contar esse tempo de serviço e anulou as certidões já emitidas em sentido contrário (quer dizer, de acordo com os Estatutos da Unicamp). Seus cem e mais mil! Quer fazer a contagem de tempo virar troco. Transformar a questão numa crise institucional. E agora, José, o que vai fazer o Conselho?

* Professor do IFCH e ex-presidente da Adunicamp.